



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Teoria Constitucional: Debates Contemporâneos II

Programa 2018-2

Prof. Conrado Mendes
Prof. Marcos Verissimo

Código: DES 5825

Horário

Sextas-feiras, das 9h às 12h

Primeira parte: 9h às 10h15
Segunda parte: 10h30 às 12h

Local: Sala João Mendes

Programa

Aula 1 (17/8) - *Apresentação do programa, designação de seminários*

Aula 2 (24/8) - *Diagnósticos gerais I: as transformações do STF e a constituição de 1988*

Aula 3 (31/8) - *Diagnósticos gerais II: O STF em 2018*

Feriado (7/9 Semana da Pátria)

Aula 4 (14/9) - *Onze ilhas? Possibilidades da metáfora*

Aula 5 (21/9) - *Deliberação no STF*

Aula 6 (28/9) - *O STF e o tempo*

Aula 7 (5/10) - *Como analisar um acórdão?*

Feriado (12/10 Dia da Nossa Senhora Aparecida)

Aula 8 (19/10) - *A sociedade civil no STF: audiência pública e amicus curiae*

Aula 9 (26/10) - *O cânone do Supremo e o Supremo “em números”*



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Feriado (2/11 - Finados)

Aula 10 (9/11) – Variáveis institucionais e projetos de reforma do STF

Seminários

Apresentação individual de 15 minutos e condução do debate

“Meta-aula”

Diálogo crítico sobre a qualidade da apresentação e da condução do debate, a ocorrer nos últimos 15 minutos da aula.

Avaliação:

- 1) Seminário (apresentação + handout)
- 2) Ensaio de conclusão: formulação de uma posição crítica (position paper) em relação a alguma pergunta relevante do curso. O ensaio não deve ter mais que 2000 palavras.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

**Leituras Obrigatórias e
Complementares**

Aula 2 (24/8) - Diagnósticos gerais I: as transformações do STF e a constituição de 1988.

Parte 1:

KOERNER, Andrei e FREITAS, Lígia B. “O Supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo”. In Lua Nova: 88, pp 141-184, 2013. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452013000100006&script=sci_arttext

Parte 2:

"A constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial à brasileira". *Rev. direito GV* [online]. 2008, vol.4, n.2, pp.407-440. <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a04v4n2.pdf>

Complementares:

ARANTES, Rogério B. COUTO, Cláudio G. (2009) “Uma constituição incomum” In: CARVALHO, M.A.R; ARAUJO, C. e SIMÕES, J.A. A constituição de 1988. Passado e Futuro. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2009, p. 17-51. <https://cepesp.fgv.br/sites/cepesp.fgv.br/files/Arantes%20Couto%20Constituição%20incomum.pdf>

FALCÃO, Joaquim A.; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. “O STF e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?” Lua Nova (Impresso), p. 429-469, 2013. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452013000100013&script=sci_arttext



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

TAYLOR, Matthew (2008) Judging policy. Courts and Policy Reform in Democratic Brazil. Stanford, Stanford University Press. Cap 4.

Aula 3 (31/8) - Diagnósticos gerais Diagnósticos gerais II: o STF de 2018

Parte 1

MENDES, Conrado Hübner. *Na prática, ministros do STF agriem a democracia, escreve professor da USP*. Folha de São Paulo, 28 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1953534-em-espiral-de-autodegradacao-stf-virou-poder-tensionador-diz-professor.shtml> . Acesso em: 24/04/2018.

BARROSO, Luís Roberto. *'Operação Abafa' tenta barrar avanços do STF, escreve Barroso*. Folha de São Paulo, 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/em-artigo-ministro-do-supremo-rebate-criticas-feitas-ao-tribunal.shtml> . Acesso em: 24/04/2018.

Parte 2

ARGUELHES, D; ARANTES, R. *Supremo: O estado da Arte*. Disponível em: <http://revista451.com.br/conteudos/visualizar/Supremo-o-estado-da-arte>.

Complementares:

ARGUELHES, D. Ribeiro, L. "The Court, it is I? Individual judicial powers in the Brazilian Supreme Court and their implications for constitutional theory". *Global Constitutionalism* (2018), 7:2, 236–262.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

ARGUELHES, Diego W & RIBEIRO, Leandro M. “Criatura e/ou Criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988”. Rev. Direito GV vol.12 no.2 São Paulo May/Aug. 2016. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322016000200405&script=sci_arttext

FERREIRA, Siddharta L e Eric B. D. FERNANDES. “O STF nas cortes Victor Nunes Leal, Moreira Alves e Gilmar Mendes”. Revista Direito GV, São Paulo, 9 (1) , pp 23-46, Jan-Jun 2013. http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/artigo-Edicao-revista/02_rev17_023-046_-_siddharta_legale_ferreira.pdf

RIBEIRO, Leandro M. & ARGUELHES, Diego W. “Preferências, Estratégias e Motivações: Pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro.” Revista Direito e Práxis Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 85-121.

Aula 4 (14/9) - Onze ilhas? Possibilidades da metáfora

Parte 1

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. *Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das 11 ilhas*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, vol.1, ano 1, jan 2014, pp.89-104. <http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/view/8/8>

MENDES, Conrado Hübner. *Onze ilhas*. Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0102201008.htm> . Acesso em 24/04/2018.

ASSIS, F. C.; BARCELLOS, T. *Ayres Britto defende pluralismo das ‘11 ilhas’ do STF*. Estado



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

de São Paulo, 06 de março de 2017. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral/ayres-brito-defende-pluralismo-das-11-ilhas-do-stf,70001688665>

Parte 2

SILVA, Jeferson Mariano. *Mapeando o supremo: as posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012-2017)*. Revista Novos Estudos, jan-abr 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/v37n1/1980-5403-nec-37-01-35.pdf>

Complementares:

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. 'Ministrocracia'? O Supremo Tribunal Individual e o processo democrático brasileiro. Novos Estudos Cebrap (Online), v. 37, p. 13-32, 2018. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100013

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. O Supremo Individual: mecanismos de influência direta dos Ministros sobre o processo político. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 46, p. 121-155, 2015. http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo5_46.pdf

FALCÃO, JOAQUIM; ARGUELHES, Diego Werneck. Onze Supremos: Todos contra o Plenário. In: Falcao, Joaquim; Arguelhes, Diego Werneck; Recondo, Felipe. (Org.). Onze Supremos: O Supremo em 2016. 1ed. Rio de Janeiro: Letramento, v. 1, p. 20-28, 2017. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17959/Onze%20Supremos%20-%20o%20Supremo%20em%202016.pdf>

OLIVEIRA, F. L. *Quando a corte se divide: coalizões majoritárias mínimas no Supremo Tribunal Federal*. Revista Direito e Práxis. 2016. <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179->



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

[8966-rdp-8-3-1863.pdf](#)

OLIVEIRA, Fabiana Luci. “Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e 'panelinhas'.” Revista de Sociologia e Política (UFPR), v. 20, p. 139-153, 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000400011&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Fabiana Luci. “Supremo relator: processo decisório e mudanças na composição do STF nos governos FHC e Lula”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, p. 89-115, 2012. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a06.pdf>

SILVA, J. M. *Jurisdição Constitucional em Espanha (1981-1992) e Brasil (1988-1997)*. Tese de doutorado em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Pg. 220-226 e 297-308.

SILVA, Virgílio Afonso da. “Um Voto Qualquer?” O Papel do Ministro Relator na Deliberação do Supremo Tribunal Federal. Revista Estudos Institucionais, v. 1, p. 180-200, 2015. <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/21>

VOJVODIC, Adriana de M; MACHADO, Ana M. F.; CARDOSO, Evorah L. C. “Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no STF”. In Revista Direito GV, São Paulo, Vol 9. pp 21-44, jan-jun 2009. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1808-24322009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt

Feriado (7/9 Semana da Pátria)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Aula 5 (21/9) - Deliberação no STF

Parte 1

SILVA, Virgílio Afonso da. *Deciding without deliberating*. International Journal of Constitutional Law, vol. 11, issue 3, 1 July 2013, pp.557-584. Oxford University Press. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/11/3/557/789359> . Acesso em 24/04/2018.

Parte 2

MENDES, Conrado Hubner. “O projeto de uma corte deliberativa”. In: Adriana Vojvodic; Henrique Motta Pinto; Rodrigo Pagani. (Org.). *Jurisdição Constitucional no Brasil*. 2012.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo, “O papel dos vencidos”, *Boletim IBCCRIM*. São Paulo: IBCCRIM, ano 21, n. 242, p. 16-17, jan., 2013. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4805-O-papel-dos-vencidos.

Complementares:

ARATO, Andrew. (1997). “Construção constitucional e teorias da democracia” in *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC. N. 42, pp. 5-51. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451997000300002&script=sci_abstract&tlng=pt

KOATZ, Rafael Lorenzo-Fernandez. *Deliberação e procedimento no STF: discutindo a relação*. 2015. 442 f. *Doutorando na UERJ, Rio de Janeiro, 2015*. <https://oatd.org/oatd/record?record=oai%5C%3Awww.bdt.d.uerj.br%5C%3A6993>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

OLIVEIRA, F. L. *Quando a corte se divide: coalizões majoritárias mínimas no Supremo Tribunal Federal*. Revista Direito e Práxis. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-1863.pdf>

SILVA, V. A. *Do we deliberate? If so, how?* 9 Eur. J. Legal Stud. 209. (2017)

SILVA, V. A. "De quem divergem os divergentes: os votos vencidos no Supremo Tribunal Federal". Direito, Estado e Sociedade, n. 47, pp. 205-225, 2015. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/artigo09n47.pdf>

SILVA, V.A. *O STF e o Controle de Constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública*. Revista de Direito Administrativo, v. 250 (2009), pp. 197-227. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4144/2927>.

VALE, André Rufino do. *Capítulo 6: A deliberação no Supremo Tribunal Federal do Brasil. Em: Argumentação constitucional: um estudo sobre a deliberação nos tribunais constitucionais*. 2015. 415 f., il. Tese (Doutorado em Direito) —Universidade de Brasília, Universidad de Alicante, Brasília, 2015. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18043>

VIANNA, Luiz Werneck e BURGOS, Marcelo. "Revolução processual do Direito e Democracia Progressiva" in VIANNA, Luiz Werneck (Org.) *A democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj/Faperj, 2002.

VOJVODIC, Adriana de Moraes; MACHADO, Ana Mara França; CARDOSO, Evorah Lusci Costa. "Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no STF". Revista Direito GV, v.5, n. 1. pp. 21–55, 2009. <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n1/a02v5n1.pdf>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Aula 6 (28/9) - O STF e o tempo

Parte 1

ABRAMO, Claudio Weber. (2010), “Tempos de espera no Supremo Tribunal Federal”. Revista Direito GV, vol. 6, n. 2, pp. 423-442, 2010.

Parte 2

FALCÃO, Joaquim; HARTMANN, Ivar. CHAVES, Vitor. *III Relatório do Supremo em Números - O Supremo e o Tempo*. FGV DIREITO RIO. Disponível em: <http://www.fgv.br/supremoemnumeros/publicacoes.html> . Sugestão de recorte: Os pedidos de vista dos ministros do Supremo (pp.89-101).

Complementares:

ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, I. A.. Timing Control without Docket Control: How Individual Justices Shape the Brazilian Supreme Court’s Agenda. *Journal of Law and Courts*, v. 5, p. 105-140, 2017. <http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/690195>

HADDAD, Carlos Henrique Borlido; QUARESMA, Lucas Bacelette Otto, Dois Lados da Mesma Moeda: O Tempo No STF, 10 DIREITO GV L. Rev. 639 (2014). <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v10n2/1808-2432-rdgv-10-2-0639.pdf>

MOURA, Rafael Moraes; PIRES, Breno. Prazos de pedidos de vista não são respeitados. *Política: Estadão*. 04/12/2017. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prazos-de-pedidos-de-vista-nao-sao-respeitados,70002106708>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

PEREIRA, Saylon Alves. Os pedidos de vista no Supremo Tribunal Federal: uma análise quantitativa nos casos de controle concentrado de constitucionalidade. Monografia apresentada à SBDP, sob orientação do prof. Diogo R. Coutinho. 2010. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/177_Monografia%20Saylon%20Pereira.pdf

Aula 7 (5/10) - Como analisar um acórdão?

Parte 1

KLAFKE, Guilherme. *Os acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas*. Agosto, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/17431113/Os_Ac%C3%B3rd%C3%A3os_do_STF_como_documentos_de_pesquisa_e_suas_caracter%C3%ADsticas_distintivas . Acesso em 24/04/2018.

Parte 2

ROBERTSON, David. Appellate Courts. In: The Oxford Handbook of Empirical Legal Research (Edited by Peter Cane and Herbert M. Kritzer). OIP, 2010. <https://www.dropbox.com/s/zlch0r3l7pmlz3n/Robertson%20-%20Apelate%20Courts.pdf?dl=0>

Aula 8 (19/10) - A sociedade civil no STF: audiência pública e amicus curiae

Parte 1

SOMBRA, T.L. Why should public hearing in the brazilian Supreme Court be understood as an innovative democratic tool in constituttional adjudication? German Law Journal. v. 17, n.4, 2016, pp.657-690. <https://static1.squarespace.com/static/56330ad3e4b0733dcc0c8495/t/57aa21d0ebbd1a85743c>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

[40e2/1470767569673/PDF_Vol_17_No_04.04_Sombra.pdf](#)

Parte 2

GODOY, Miguel Gualano. As audiências públicas e os amici curiae influenciam as decisões dos ministros do supremo tribunal federal? E por que isso deve(ria) importar? Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 60, n. 3, set./dez. 2015, p. 137-159.
<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/42513>

Complementares:

ALMEIDA, E.M. O amicus curiae na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC. n.24. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp.1073-1098

ALMEIDA, E.M. Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal. 2015. 388f. Tese Doutorado, Faculdade de Direito: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUENO, C.S. Amicus curiae e audiências públicas na jurisdição constitucional – Reflexões de um processualista civil. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC. n.24. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp.1021-1051.

FRAGALLE FILHO, R. Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: A ADPF 54 como estudo de caso. Revista Direito & Práxis. v.6, n.3, 2015, pp. 504-535.

GUIMARÃES, L. G. Audiências Públicas No Supremo Tribunal Federal: Discurso, Prática e Lobby. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

LACOMBE, M.; LEGALE, S.; JOHANN, R.F. As audiências públicas no Supremo Tribunal



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Federal nos modelos Gilmar Mendes e Luiz Fux: A legitimação técnica e o papel do cientista no laboratório de precedentes. In: VIEIRA, J.R.; VALLE, V.R.L.; MARQUES, G.L. (Orgs.) Democracia e suas Instituições. (V Fórum de Grupos de Pesquisa em Direito Constitucional e Teoria do Direito). Rio de Janeiro: Imo's, 2014.

LAURENTIIS, T.C. Amicus curiae - Requisitos de admissibilidade segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC. n.24. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp.1163-1186.

LEAL, M.C.H. As audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal brasileiro: Uma nova forma de participação? Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica. v.19, n.2, 2014, pp.327-347.

LIMA, R.B. Audiências públicas no controle de constitucionalidade – A representação técnica das partes no caso das pesquisas com células-tronco. In: VOJVODIC, A.; PINTO, H.M.; SOUZA, R.P. (org.) Jurisdição constitucional no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, C.A. Audiências públicas e o diálogo social na Suprema Corte: o case da ADI nº 4.103 – “Lei Seca”. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC. n.24. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp.1053-1071.

SILVA, C.A.; AJOUZ, I. Audiências públicas na Suprema Corte brasileira: Novas tendências para o diálogo social. Juris Poiesis. n.16, 2013, pp.85-108.

VALLE, V.R.L. (coord.) Audiências públicas e ativismo: Diálogo social do STF. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VESTENA, C. A. Audiências públicas: Diagnóstico empírico sobre os limites da participação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

social. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais: RBEC. n.24. Belo Horizonte: Fórum, 2012, pp.973-1020.

Feriado (12/10 Dia da Nossa Senhora Aparecida)

Aula 9 (26/10) - O cânone do Supremo e o Supremo “em números”

Parte 1

FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo de Camargo; ARGUELHES, Diego Werneck. I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo. FGV DIREITO RIO - Série Novas ideias em Direito. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10312>

Parte 2

ALMEIDA, Guilherme F.; NUNES, José L.; CHAVES, Luciano O. Explicando o dissenso: uma análise empírica do comportamento judicial do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte dos Estados Unidos. Revista Estudos Institucionais [S.l.], v. 2, n. 2, p. 899-931, fev. 2017. <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/68/117>

Complementares:

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Stf - do Autoritarismo À Democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Feriado (2/11 - Finados)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

Aula 10 (9/11) - Projetos de reforma do STF

Preparação para ambas as partes:

- Debate “O STF precisa de Reforma?” <https://direitosp.fgv.br/evento/stf-precisa-de-reforma>
- Luiz Weber. O capitão reformado e a reforma do STF. <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/luizweber/2018/08/o-capitao-reformado-e-a-reforma-do-stf.shtml?loggedpaywall>

Parte 1

DA ROS, Luciano. “Difícil hierarquia: a avaliação do Supremo Tribunal Federal pelos magistrados da base do Poder Judiciário no Brasil”. Revista Direito GV, v. 9, p. 47-64, 2013. http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/artigo-Edicao-revista/03_rev17_047-064_-_luciano_da_ros.pdf

Parte 2

DESPOSATO, Scott; INGRAM, Matthew & LANNES, Osmar. (2014), “Power, Composition, and Decision Making: the Behavioral Consequences of Institutional Reform on Brazil’s Supremo Tribunal Federal”. Journal of Law, Economics, and Organization. <https://www.dropbox.com/s/otk3hgitdylmrdr/Desposato%20-%20Power%20Composition%20and%20Decision%20Making.pdf?dl=0>

Complementares:

ARANTES, R. “Consensos e dissensos na reforma constitucional do Judiciário” in CASTELAR, Armando (org). (2003) Reforma do Judiciário. Problemas, desafios e



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

perspectivas. São Paulo: Idesp; Rio de Janeiro: Book Link, 2003. Pp 120-137.

ARANTES, Rogério B. (2013) “Cortes Constitucionais”. In: Leonardo Avritzer, Newton Bignotto, Fernando Filgueiras, Juarez Guimarães, Heloisa Starling. (Org.). Dimensões Políticas da Justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 195-206.

ARGUELHES, Diego Werneck; Leandro Molhano RIBEIRO. (2010) “Indicações Presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e suas finalidades políticas” RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 255, p. 115-143, set./dez. 2010.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8434>

CARVALHO, Ernani (2008) “O Supremo Tribunal Federal: das trincheiras de defesa dos direitos individuais ao processo decisório do Estado”. In: Sérgio Praça; Simone Diniz. (Org.). Vinte anos de Constituição. São Paulo: Paulus, p. 77-94.

DA ROS, Luciano. “Juízes Profissionais? Padrões de carreira dos integrantes das Supremas Cortes de Brasil (1829-2008) e Estados Unidos (1789-2008)”. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 20, p. 149-169, 2012.

DIMOULIS, Dimitri, Luciana G. CUNHA e Luciana de O. RAMOS (Orgs.) O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de inconstitucionalidade; autores Aline Oliveira de Santana ... [et al.]. – São Paulo : Direito GV, 2014

GAROUPA, Nuno & OLIVEIRA; Maria A. J S C &. (2013), “Stare Decisis and Certiorari Arrive to Brazil: A Comparative Law and Economics Approach,” EMORY INTERNATIONAL LAW REVIEW, vol. 26 (2), pp. 555-598

HISTÓRIA ORAL DO SUPREMO (1988-2013). FGV Direito Rio; FGV Direito SP e



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

FGV/CPDOC

JALORETTO; Maria F e MUELLER, Bernardo (2011) “O procedimento de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal - uma análise empírica”. *Economic Analysis of Law Review*, v. 2, n. 1, pp. 170-187, 2011.
<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/viewArticle/9>

LLANOS, Mariana e LEMOS, Leanny. (2013), “Presidential preferences? The Supreme Federal Tribunal Nominations in Democratic Brazil”. *Latin America Politics and Society*, v. 55, pp. 77-105, 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Luci . “Os Ministros do Supremo Tribunal Federal no Pós Constituição de 1988: Profissionais versus Políticos”. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos - SP, v. 40-41, p. 183-205, 2002.

OLIVEIRA; Maria A. J S C & GAROUPA, Nuno. (2011), “Choosing Judges in Brazil: Reassessing Legal Transplants from the United States”. *The American Journal of Comparative Law*, v. 59, pp. 529-561

RIBEIRO, Leandro M. & ARGUELHES, Diego W. “Preferências, Estratégias e Motivações: Pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro.” *Revista Direito e Práxis* Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 85-121.

TURNER, Claudia & Prado, Mariana. “A democracia e o seu impacto nas nomeações dos diretores das agências reguladoras e ministros do STF.” In *Revista de Direito Administrativo* (2010) Vol 250, Pp 27- 74